

## LIVROS E REVISTAS

W. S. WOYTINSKY. *Stormy Passage*. Prefácio de Adolf A. Berle. Nova York, 1961.

O grande mérito dêsse interessante estudo autobiográfico é o fato de que esclarece, de modo definitivo, as razões diretas e indiretas, imediatas e mediatas, da revolução social na Rússia, levada a efeito, em novembro de 1917, por um grupo numericamente insignificante de bolcheviques contra o governo provisório de KERENSKY.

Ilá quem acredite que "revolução social", no sentido genuíno da palavra, possa ser riscada do atual vocabulário político, como fenômeno superado pelo curso dos acontecimentos. Por várias razões, inclusive os espetaculares progressos de técnicas militares, o espontâneo levantamento das massas populares contra a ordem social existente, sobretudo quando defendida por forças armadas, raramente atinge, na atual fase da história, seus objetivos. Tornam-se, com efeito, nesses últimos 45 anos, cada vez menos frequentes as revoluções vitoriosas ou "contra-revoluções" sociais, propriamente ditas, sem o apoio das forças militares de dentro ou de fora.

Será, porém, que a revolução russa, liderada de modo magistral por LENINE, foi, na realidade, a última revolução social dos nossos tempos?

Os eventos que levaram o comunismo à conquista do poder na Europa Central e Oriental, depois da segunda guerra mundial, como é notório, dificilmente podem ser interpretados como revoluções sociais dos respectivos povos, pois que foram sempre acompanhados — salvo, talvez, no caso *sui generis* da Iugoslávia —, pela invasão do exército russo. Oferece já maiores dificuldades a exata conceituação da grande e mais recente revolução chinesa de 1948, ligada ao nome de MAO-TSE-TUNG e expandida, aliás, entre 1948 e 1962, mediante recurso às mesmas técnicas de intervenção militar, a vários países do Extremo Oriente.

Hesitamos ainda mais em qualificar rigorosamente sob êsse prisma a comunização de Cuba. Iniciada em 1959 sob os lemas de revolta popular, de índole nitidamente liberal e democrática, contra a opressiva ditadura de BATISTA, converteu-se, nesses últimos três anos, mediante tóda uma série de alterações, em parte atribuí-

veis à reorientação de FIDEL CASTRO, em parte, ao que parece, impostas de fora — e cuja interpretação cientificamente autêntica seria ainda prematuro formular de modo definitivo — naquilo que atualmente existe naquela ilha das Antilhas.

É verdade que nenhuma das numerosas e violentas subversões do sistema político-constitucional que ocorreram na América Latina, no turbulento período do pós-guerra, inclusive os golpes bem sucedidos na Bolívia e Guatemala, podem ser equiparados plenamente à revolução social, na aceitação ortodoxa do termo, e isto apesar dos radicais programas sociais, proclamados naqueles dois países por ESTENSORO e ARBENZ. Foram, em última análise, “quarteladas”, movimentos de classes militares revoltadas ou de grupos para-militares, mais do que movimentos sociais de cunho social-revolucionário.

Seja como fôr, dado o visível incremento das pressões e tensões sociais, em várias regiões em vias de desenvolvimento econômico, como, particularmente, na parte latina do Hemisfério Ocidental, por um lado, e o crescente aprimoramento da estratégia revolucionária do movimento comunista mundial, por outra parte, não nos parece oportuno excluir de plano a hipótese de que o acontecido, há 45 anos, na Europa oriental possa ainda ocorrer, *mutatis mutandis*, em determinadas condições propícias de aguda crise econômica e em falta do sistema democrático estabilizado e consolidado, em qualquer outro país do mundo em 1962.

Por essa razão, o depoimento de

WOYTINSKY, que tomou parte, com relêvo, em duas revoluções russas, a fracassada de 1905 e a vitoriosa de 1917, não apresenta, única e exclusivamente, interesse como subsídio, aliás de extraordinário valor, para o acervo da moderna historiografia. É muito mais. Não esqueçamos a personalidade, original e cativante, do autor do *Stormy Passage*. Grande economista, autor de numerosas obras primas de caráter enciclopédico (*The World in Figures, World Population and Production*, etc.), até certo ponto responsável por várias reformas sociais, executadas nos E.E.U.U. dentro do *New Deal* rooseveltiano, êsse ex-revolucionário, profundamente decepcionado pelos rumos totalitários que tomou a Rússia, optou, na segunda fase de sua movimentada vida, pelo sistema de livre empreendimento e democracia. É, pois, particularmente indicado para nos explicar o espetacular sucesso da subversão comunista em novembro de 1917.

Convém adiantar, de passagem, que visitou o Brasil em 1959, pouco tempo antes de seu prematuro falecimento, ocorrido no ano seguinte em Washington, tendo formulado, a seguir, as impressões que se lhe ofereceram, na sua viagem através da América Latina toda, numa série de artigos, publicados na revista *The New Leader*. Preconizou nêles a reorientação integral da política latino-americana dos Estados Unidos, realizada, no mesmo sentido, em 1961, pelo presidente KENNEDY.

Ora, como era de esperar, o livro de tão eminente cientista, além de lançar muita luz sobre o desenrolar da revolução russa, contém

tôda uma série de interessantes ensinamentos quanto ao diagnóstico e a profilaxia do comunismo, que merecem ser meditados com a maior atenção.

O êxito da revolução republicana e comunista de 1917 teria sido inimaginável, sem a existência antecipada do movimento social revolucionário de 1905; apesar da derrota da Rússia nos campos de batalha, na guerra desencadeada contra o Japão, essa primeira revolta foi sufocada pelo exército e pelas forças retrógradas, organizadas pelo regime czarista.

Ora, tanto naquela etapa pioneira, como nas fases posteriores da revolução, durante a segunda guerra mundial, os principais baluartes da subversão social foram as universidades. À mocidade estudantil coube a organização revolucionária da classe operária e, em parte, camponesa. Não reclamou a participação nos órgãos dos estabelecimentos de ensino superior, que lhe teria sido, aliás, terminantemente denegada pelo regime czarista, republicano e soviético. Contudo, nos conselhos representativos do grupo discente, valendo-se da autonomia universitária, transformaram êsses estabelecimentos em principais focos de irradiação do socialismo combatente. A maioria do corpo docente não prestou, aparentemente, apoio à corrente revolucionária; contrária tanto aos lemas de revolução social, como ao reacionário sistema czarista, estava integrada na ideologia democrática e liberal. Entretanto, solidarizou-se, indisfarçavelmente, com os estudantes, em sua oposição programática ao *status quo* constitucional, manifestando

atitude simpática com relação ao movimento estudantil socialista.

Os líderes das associações da mocidade universitária assumiram cargos de liderança da corrente socialista, tanto dentro da "minoría" menchevique como da "maioría" bolchevique, que, como é notório, resultou do desdobramento do partido socialista russo, ocorrido em 1903. É interessante anotar, entre parênteses, que, segundo Woytinsky, essa discriminação não teve, de início, maior sentido doutrinário; simplesmente, os bolcheviques representavam a parte mais dinâmica, mais ativa e mais combativa daquele movimento.

Woytinsky tomou parte ativa na propaganda socialista no meio operário, industrial e rural. Descendente de família intelectualizada, brilhante economista e autor de excelentes estudos teóricos, que lhe granjearam grande reputação, teve que interromper seus estudos quando foi condenado a vários anos de prisão e deportado para a Sibéria, de onde voltou a Petrogrado no momento da eclosão da revolução.

A que atribui Woytinsky a vitória do pequeno, numericamente insignificante, grupo de bolcheviques, implacavelmente antagonizado pela maioria esmagadora do povo russo?

O testemunho dêle tem valor incontestável, pois que, apesar da sua mocidade, ocupou, naquele período crítico, cargos de particular relêvo: redator do jornal *Izviestia*, presidente da União de Desempregados, membro do Conselho Operário de Petrogrado e, enfim, comissário político do exército russo na frente do Norte. No desempe-

nho de suas tarefas, estava sempre em íntimo contato com LENINE, apesar de ter hostilizado frontalmente a fração bolchevique e rejeitado o oferecimento, feito por aquêlê vitorioso líder da revolução comunista, no sentido de assumir o posto de ministro (comissário) da guerra, outorgado depois a TROTSKY.

O que se nos depara, na análise do espetacular sucesso do golpe bolchevique, são os seguintes fatores:

Muito contribuiu para tal fim a liderança estrategicamente magistral daquela corrente, por parte de LENINE. Não há, aliás, como negar as extraordinárias qualidades políticas que sempre demonstra, nesses últimos 45 anos, a chefia da União Soviética e do movimento comunista mundial, exercida por estadistas com perfil psicológico tão diferente, como sejam LENINE, STALIN e KROUCHCHEV. Quanto ao primeiro dêles, convém reproduzir as brilhantes observações de WOYTINSKY, dedicadas à característica dêsse sombrio personagem:

"LENINE foi frio como lâmina de aço. Talvez fôsse o homem mais desprovido de emoções humanas que encontrei na vida política. Cada uma das palavras dêle era de antemão friamente calculada. Foi, sobretudo, pensador logístico e a sua força provinha da estreiteza de seus raciocínios. Ignorava qualquer dúvida, sem hesitar jamais. Para êle, as suas idéias apresentavam verdade axiomática; considerava os programas que preconizava como único caminho de salvação. Teve forte complexo messiânico, aliás, de índole impessoal. Rígido na teoria, foi oportunista

na ação. Quando chegava a tomar uma decisão, ela assumia caráter de lei inapelável. Não reconhecia qualquer moral na política (que considerava "negócio sujo"... ) nem quaisquer regras de decência e honra, ridicularizando mesmo tôda alusão ao nôvo sistema de valores morais, a ser firmado pela nova ordem revolucionária."

Pois bem, não encontrou no campo oposto ninguém de nível igual de combatividade, capaz de desafiar a sua fascinante influência sôbre as massas. WOYTINSKY submete à mais impiedosa crítica tanto o chefe do govêrno provisório, KERENSKY, desmascarando-o como débil político e inábil administrador, destituído de firmes bases ideológicas, como os dirigentes socialistas de orientação democrática dos conselhos operários; incapazes de se oporem às forças subversivas, estavam evitando assumir quaisquer responsabilidades diretas, receosos de formar coalizão com os grupos representados pelos meios governamentais.

WOYTINSKY atribui a principal responsabilidade pelo malôgra da defesa anticomunista à "falta de unidade dos grupos democráticos e de firmeza de vontade de seus líderes".

Nada fizeram para firmar a paz com a Alemanha, levar a cabo amplas reformas sociais, reivindicadas pelas classes populares, rurais e urbanas, mobilizá-las para enfrentar a subversão e acelerar a eleição da Assembléia Constituinte. O passivismo, as constantes hesitações e tergiversações, demonstrados de igual modo por aquêles dois centros, desunidos e descoordenados, abriram amplamente as por-

tas do país à ofensiva da minoria bolchevique, que, no referido período, assumiu, pela primeira vez, a denominação de "partido comunista".

Como é, aliás, compreensível, não teria sido fácil às forças democráticas dominar a aguda crise econômica, acompanhada pelo colapso da administração, que se seguiu à destronização do czar e à proclamação da república.

Outro poderoso fator agravante foi a continuação das operações bélicas contra as potências centrais; a conduta da guerra encontrou dificuldades intransponíveis no desmoronamento de frentes de batalha, em virtude do abandono de suas posições pelo exército russo, desmoralizado e inspirado no sentido derrotista pela propaganda vermelha.

Mesmo assim, Woytinsky acredita que com maior unidade e coesão dos grupos democráticos, que aceitaram com entusiasmo unânime a revolta antizarista, não teria sido impossível consolidar o regime que saiu do golpe de março de 1917. Entretanto, tais elementos falharam por completo.

Nessas condições, nada impediu LENINE de dissolver, de uma penada só, a Assembléia Constituinte, convocada já pelo próprio governo soviético, e em que nada mais de 25 a 26% de cadeiras couberam a bolcheviques e seus simpatizantes.

O que parece ressaltar dessa exposição é, em última análise, o principal quinhão de responsabilidade pelos eventos de novembro de 1917 — quando a revoltada guarnição de Petrogrado invadiu a indefesa sede do governo — que tem

que ser atribuído não tanto à força do comunismo, como à fraqueza do campo democrático. Assim como à debilidade e desorganização das classes dirigentes da sociedade russa, em geral, que não soube, em tempo oportuno, opor resistência à maré da subversão comunista. — *Estanislau Fischlowitz*.

SOPHIA M. ROBINSON. *Juvenile delinquency; its nature and control*. Holt, Rinehart & Winston. Nova York, 1960.

O delinqüente juvenil é para o leigo, para o "homem da rua", um elemento incômodo e perturbador da paz social; para o médico, é um desajustado, um caso clínico; para o jurista, enfim, ocupa ele um lugar especial no edifício da lei, sendo constante objeto de discussão a idade, a maior ou menor gravidade tributável a seus atos ofensivos e outros aspectos jurídicos.

Tôdas essas diferentes noções, parciais em seus pontos-de-vista, trazem confirmação da existência de um fenômeno social — delinqüência juvenil — mas carecem de uma conceituação precisa.

Que é, quem é o delinqüente juvenil? Qual a extensão real deste fenômeno? Quais os limites do problema? Como reconhecer a atividade delinqüente?

Delinqüente será "todo e qualquer comportamento que, em determinada sociedade, e em determinado momento, entra em conflito com o bem comum — independentemente do fato de ter sido o ofensor levado a juízo ou não" (pág. 11).

A definição mesma evidencia a impossibilidade de se obterem da-

dos estatísticos com valor absoluto e universal, indicando a curva de incidência deste mal social; o método estatístico só tem validade objetiva quando retrata os *mesmos dados*, tomados em idênticas condições. Ora, além de ser relativamente recente o estudo social da delinqüência juvenil, variam, também, em função do grupo social, e do lugar, a conceituação e valor atribuído aos próprios atos delinqüentes; por exemplo, o termo "comportamento ingovernável" classifica tanto ofensas graves como atitudes de rebelião sem maior consequência.

Uma vez alertados por SOPHIA M. ROBINSON no tocante aos supracitados obstáculos, acompanhamo-la em seus esforços por explicar, descrever e prescrever medidas para solução deste problema. É a autora mestra competente graças à experiência de trabalho adquirida durante quase trinta anos, como assistente social, professora e atual diretor-assistente do Juvenile Delinquency Evaluation Project of the City of New York.

Tratando-se de um mal social, necessário se faz procurar as causas da delinqüência juvenil, isto é, pesquisar os fatores que parecem influir e contribuir para seu surgimento.

Sob o título geral de "Teoria das Causas", SOPHIA M. ROBINSON historia as teses principais dos estudiosos que procuraram explicar a delinqüência. A *escola clássica* vê na constituição fisiológica individual o elemento determinante. São representantes conhecidos desta escola LOMBROSO, BECCARIA e ainda, mais recentemente, os biotipologistas como KRETSCHMER,

WILLIAM SHELDON e outros. Para a *escola psicológica*, as causas devem ser procuradas na observação das relações familiares e afetivas, principalmente na relação *pais-filho*. O ponto-de-vista *sociológico*, mais ambicioso e complexo, admite uma conjugação de fatores diversos. A interpretação *antropológica*, enfim, se volta para a influência dos fatores culturais, étnicos e religiosos.

A própria abundância de citações e exemplificações dificulta ao leitor a assimilação ponderada e crítica das diversas teses e correntes de pensamento. O leigo na matéria perde-se constantemente neste emaranhado, tanto mais que não encontra no texto uma síntese geral que o oriente; na verdade, a autora limita-se a explicar as teorias e objetá-las com outras teorias, deixando, enfim, pouco clara a sua própria posição. Encontramos apenas uma leve sugestão sobre a importância que se deve atribuir à família, enquanto fator educacional, meio ambiental, fator psicológico de estímulo e confiança. Fatores outros, como o econômico, a classe e o papel social, o fator ecológico, embora presentes várias vezes nos estudos de diversos autores citados, não chegam a permitir um julgamento decisivo. Ainda que não nos caiba uma crítica pessoal sobre a influência real deste ou daquele fator, julgamos que esta parte da obra de SOPHIA M. ROBINSON perde em didática e clareza pelo excesso de erudição.

Uma vez situado o problema da delinqüência juvenil, definindo-o e pesquisando-lhe as causas, passa a

autora a considerar-lhe os aspectos práticos e concretos.

Constituirão, assim, objeto de estudo: agências legais primárias de trabalho junto aos delinqüentes, nos E.U.A.; instituições para delinqüentes, nos E.U.A.; programas de prevenção contra a delinqüência, nos E.U.A.

Agências legais primárias são as instituições de caráter jurídico reconhecido, criadas especialmente para o atendimento dos problemas, ou chamadas a cooperar no mesmo sentido. São indicadas como instituições desta natureza, nos Estados Unidos, a polícia, a Córte Juvenil, com seus Serviços de Clínica Psiquiátrica e o que lá é chamado de "Juvenile Probation", encarregada de supervisionar as crianças postas sob *sursis* (*probation*) pela Córte.

As instituições para delinqüentes nos Estados Unidos são aquelas que, mantendo o delinqüente afastado do próprio lar, se encarregam de lhe dar os cuidados prescritos.

Enquanto sistema social, as instituições vêm apresentando uma desproporção entre os gastos despendidos e o rendimento em termos de reabilitação. Isto se deve ao fato de que a maioria delas ignora, por completo, a importância essencial dos *contrôles sociais informais*, isto é, daqueles exercidos, através de pressões difusas e intangíveis, pelos membros de um grupo com o qual se identifica a pessoa. Essa socialização ou internalização de valores é o elemento chave na integração do indivíduo à sociedade.

Os principais tipos de Instituições para delinqüentes são:

*Casas de Detenção*, que devem ser consideradas à parte, dada a sua finalidade específica: abrigar as crianças enquanto aguardam o julgamento ou internação em outra instituição. Por causa mesmo do seu caráter de *transitoriedade*, pouca atenção tem sido dispensada à influência primordial exercida por este primeiro contato da criança com a autoridade e a lei na casa de detenção.

*Instituições de Longa Estada*. Dos estudos, observações e exemplos citados, concluímos que, na realização de sua finalidade precípua — cuidar do menor delinqüente a fim de reintegrá-lo à sociedade — provaram-se ineficientes aquelas instituições subsidiárias unicamente do dinheiro público. Com efeito, abrigando o maior número possível de internos delinqüentes, e contando com um quadro de pessoal escasso, mal pago, ineficiente na maior parte das vezes, elas obedecem a uma disciplina rígida e monótona, não deixando lugar para o cuidado e tratamento individual de cada caso. O resultado é que, em vez de orientarem e educarem o menor, essas escolas reformatórias se transformam em verdadeiras escolas de vício. As críticas feitas ao S. A. M. no Brasil encontram eco neste gênero de instituições norte-americanas.

*Centros de Tratamento Orientado para Delinqüentes*. A fim de cobrir as deficiências das instituições supracitadas, e obter melhores resultados, foram criados, a título experimental, centros de recuperação, onde se procura atender da melhor forma possível ao menor delinqüente, utilizando-se, sobretudo, os recursos da psicone-

rapia. Estes centros, embora não obedecendo a um tipo único de organização, pretendem inculcar no menor sentimentos de confiança e estabilidade psíquica, desenvolver-lhe as qualidades sociais, enfim, suprir justamente as próprias lacunas do ambiente em que se desenvolve o delinqüente. Ao contrário das primeiras, os centros abrigam um número relativamente pequeno de jovens, podendo dedicar-lhes extremo cuidado.

Os programas americanos para a prevenção da delinqüência partem do princípio de que, para o saneamento de um mal, cumpre aplicar-lhe não somente os específicos imediatos, mas também os meios profiláticos. Prevenir a delinqüência significa: evitar a atividade delinqüente e frear o comportamento anti-social dos já delinqüentes.

O problema da prevenção da delinqüência — e os programas que se lhe seguem — é examinado sob quatro ângulos principais: 1, as crianças e seus pais são os responsáveis únicos de seu destino; por isso devem ser punidos rigorosamente; 2, a delinqüência é uma reação a certas deficiências da sociedade; deve-se, por isto, organizar melhor a comunidade e aumentar-lhe os recursos; 3, o comportamento delinqüente tem sua origem em distúrbios psicológicos; os delinqüentes devem ser tratados clinicamente, e não ser levados a julgamento; 4, o comportamento delinqüente é uma resposta à estrutura social; importa, pois, atacá-lo em seu próprio meio, isto é, trabalhar com os *gangs*.

Até agora, os resultados estatísticos não permitem concluir sô-

bre a excelência dêste ou daquele plano.

Finalizando nossa apreciação, podemos dizer que é uma obra que se apresenta sob forma didática: boa divisão da matéria; sumários aos fins dos capítulos; índice remissivo de assuntos e de autores; extrema riqueza de material histórico e informativo sobre o tema. Nela conhecemos exaustivamente a situação atual do problema e as soluções diversas apresentadas nos Estados Unidos, bem como a situação comparada nos outros países. Entretanto, não encontramos uma síntese das diversas questões apresentadas. A autora mantém-se na mais absoluta imparcialidade: narra fatos e situações, descreve teorias, compara as soluções efetuadas nos E.U.A. com as de outros países, mas não as aprecia criticamente. Sua própria conclusão é antes um resumo de toda a obra do que a exposição de seu ponto-de-vista pessoal. — *Teresa Guimarães Ferreira*.

*L'enfant dans l'Eglise et le monde d'aujourd'hui*. VI Congresso do Bureau International Catholique de l'Enfance. Coleção "Études et Documents". Editions Fleurus. Paris, 1960.

O livro que ora analisamos apresenta o texto das conferências e os trabalhos das comissões do VI Congresso do Bureau International Catholique de l'Enfance, realizado no Canadá em setembro de 1957.

Fazemos aqui resumidamente a relação geral e a síntese dos diversos estudos, referindo-nos ao relatório de JEAN PIIAN, que

constitui o capítulo V da primeira parte do livro.

O Congresso representou uma experiência bastante original, procurando conferir um sentido internacional à educação. O mundo de hoje caminha para a unidade e a troca de idéias entre congressistas europeus e americanos trouxe um enriquecimento de pontos-de-vista de valor universal.

De início, a conferência de abertura do Cardeal LÉGER, Arcebispo de Montreal, procura penetrar no mistério da infância. Mostra a crescente fidelidade da Igreja a este mistério e sua dedicação à criança, que ela considera a salvaguarda de seu perpétuo rejuvenescimento e do frescor perene de sua fé.

Nos trabalhos subseqüentes a criança é considerada na totalidade de suas dimensões, natural e sobrenatural, evitando-se assim os extremos do materialismo e do angelismo. Além disto, os estudos são dominados pela preocupação de libertar a educação de uma posição anacrônica, situá-la no tempo, dentro de uma perspectiva realista e otimista. Realista, porque procura ver o mundo tal como êle é. Um mundo que cresceu desmesuradamente e se tornou infinitamente mais complexo. Um mundo senhor de técnicas poderosas e muitas vezes mal empregadas; um mundo atravessado por correntes de pensamento das mais variadas inspirações. A educação não pode perder a visão desta realidade nem propiciar uma evasão da mesma, uma fuga para o deserto. Sem incidir na ingenuidade de um ufanismo beato, o Congresso desvenda ainda uma visão otimista para

a educação. Vivemos numa época em que o mundo marcha para a unidade. O próprio Congresso é um sinal visível dessa tendência. Esta marcha para a unidade é uma força alvissareira, mas que ainda está longe de eliminar os imensos contrastes em que vivem as crianças do mundo inteiro. Dois terços delas vivem em estado habitual de fome; muitas, ameaçadas pelo espectro da guerra, sem poderem sequer compreender um ideal ou um sentido da vida. Muitas nunca experimentaram o amor e o carinho, vítimas que são de famílias desunidas; e muitíssimas, não só atrás da cortina de ferro, vivem na total ignorância religiosa.

Quais as contribuições do Congresso para enfrentar esta situação? Os relatórios das comissões são convergentes. Insistem na necessidade de formar educadores competentes, de coordenar a interdependência dos meios de ação sobre a criança e de concentrar os esforços em setores prioritários. "Precisamos ser muitos, para sermos inteligentes; se não agirmos em conjunto, veremos apenas parte do real" (Cardeal SALIÈGE). A educação é a resultante de um esforço comum, no qual o papel dos pais e da família têm uma importância primordial, mas que não deve omitir o recurso a tôdas as iniciativas e processos audiovisuais para influir favoravelmente sobre a criança.

O Congresso põe em relêvo o papel do laicato, que se vem tornando cada vez mais participante nas responsabilidades da Igreja em matéria de educação. Insiste na necessidade absoluta de multiplicar as instituições de toda a natureza,

em favor da criança, fazendo eco às diretrizes que Pio XII enviara ao Congresso Pan-Americano de Educação, em 1948. Não se trata apenas de instituições educativas, mas também daquelas que correspondam à necessidade que a criança tem não só de educadores, que atuam diretamente sobre ela, como ainda de defensores, que atuam indiretamente, criando um clima favorável, em que possam se desenvolver plena e harmoniosamente.

Enfim, não se perde de vista o aspecto sobrenatural, o mais importante, da obra educativa. Educar cristãmente é colaborar na transmissão de uma vida sobrenatural. Daí para o educador a necessidade de uma vida interior alimentada pelo contato sempre renovador com Deus, através da oração e da vida litúrgica e sacramental. — *Sandra Cabral.*

RENÉ FINKELSTEIN. *Les Métiers de l'Avenir. Espoirs et Incertitudes.* Coleção "Le Monde et l'Enfant". Editions Fleurus. Paris, 1961.

Obra de interesse para orientadores profissionais, porque analisa os fatores sociais da orientação profissional, que são certamente os mais difíceis de determinar, os mais delicados de manejar.

Vivemos uma época contraditória e paradoxal. Uma época em que a humanidade anseia por um mundo melhor, mas, ao mesmo tempo, uma época de incertezas, onde não se pode planejar com segurança.

Durante muito tempo, o progresso da humanidade foi lento. Foi adquirindo em nossos dias um rit-

mo cada vez mais acelerado, à medida em que o homem associa a seu trabalho novas formas de energia, de automação e de equipamentos, que o auxiliam até em seus cálculos e deduções. Em nossa época, o homem atinge toda a sua estatura e dimensões. Sente que não está longe de realizar a missão a que o Criador o destinou, a de ser o rei da criação.

Dentro desse novo contexto, como se haverá de formular o problema da vocação profissional? A opção vocacional gozará de maior liberdade, ou será balizada por um determinismo mais rígido? Há a grande incógnita para a qual nos encaminhamos, e a grande tarefa do sociólogo; analisar as correntes em que estamos envolvidos e discernir as potencialidades que encerram.

Sabemos que a igualdade de chances para todos é ainda um sonho. Entre o filho de um burguês e o filho de um operário, entre a criança nascida em um país de alto nível de vida e a criança de um país subdesenvolvido, as perspectivas são bem diferentes, e tal situação, sabemos, perdurará ainda por algum tempo.

O progresso tecnológico introduzirá transformações na estrutura da demanda da mão-de-obra. E, num futuro próximo, a orientação profissional caberá uma tarefa importantíssima, um sentido novo. Será ela a responsável pela mais racional aplicação dos recursos humanos de um povo, tendo em vista os dois imperativos do problema; a liberdade de opção dos indivíduos e suas inclinações e aptidões, e as exigências do bem comum. — *S. C.*

FRANÇOIS COUDREAU. *L'enfant et le problème de la foi*. Coleção "Le Monde et l'Enfant". Editions Fleurus. Paris, 1961.

Este livro é a publicação em separata de um capítulo do livro antes analisado, *L'enfant dans l'Eglise et le monde d'aujourd'hui*.

Deveria ser utilizado como um livro de meditação por todo educador cristão, pela riqueza e vigor das reflexões sobre a tarefa educativa, que supõe um tríptico dom: um dom de Deus, um dom da criança, um dom do educador.

Um dom de Deus, porque, no domínio da fé, a iniciativa cabe sempre a Deus. O autor mostra como Deus se comunica à criança e como a doutrina que a ela se transmite é apenas o esforço de estruturação racional da mensagem. Só assim se evitam três grandes males da vida religiosa: o sentimentalismo, ou a religião com base afetiva; o ativismo, ou a religião onde a ação basta por si mesma, e o formalismo, onde a religião perde o espírito que a anima. A fé, transmitida pela doutrina, deve animar toda a vida.

O dom da criança, que responde a Deus com um dom pessoal, como era o dom de Deus. A resposta pessoal da criança deve ser suscitada, controlada e sustentada pelo educador, e comporta um tríptico aspecto. Crer é tornar-se disponível à palavra de Deus; é mudar o eixo da própria existência; é comprometer-se em um novo estilo de vida. Cada um destes aspectos implica inúmeros meios de ação educativa que a subtraem do caráter puramente intelectualista em que muitas vezes é exercida.

O dom do educador que se formula em exigências de interioridade de domínio de si e de afetividade equilibrada e que impõe ao mestre dois grandes deveres: competência e santidade. — S. C.

ODILE ROUILLET. *Les Enfants ont Faim*. Coleção "Le Monde et l'Enfant". Editions Fleurus. Paris, 1961.

A autora nos situa diante de impressionante paradoxo de nosso mundo atual: na época da conquista dos espaços interplanetários, dois terços da humanidade passam fome. Milhares e milhares de crianças, em tôdas as partes do mundo, morrem de inédua. Há mais de um bilhão de crianças sobre a face da terra; 140 mil recém-nascidos por dia. Em média, dois terços dessas crianças conhecerão a fome, a miséria e toda sorte de doenças; um quarto morre no período da lactação; dos sobreviventes, dois terços não atingirão a puberdade e um quarto tem apenas chance de ultrapassar aos 40 anos.

Estas e outras cifras são propostas para que o leitor se dê conta das dimensões do sofrimento humano e de uma situação de injustiça no mundo. Se milhões e milhões de crianças estão condenadas à fome, é porque muitos responsáveis recusam sua participação para a consecução de um mundo mais humano. Não matarás significa, também, não deixarás teu próximo morrer de fome.

Depois de descrever fatos e fornecer dados, passa a autora a examinar as causas e conseqüências da fome compreendida em seus dois sentidos — qualitativo, a nu-

trição, e quantitativo, a subalimentação.

Os problemas atuais não vêm da explosão demográfica — como pretende o neomaltusianismo — nem da avarizia da terra. Mas provém do próprio homem, que permite que o mundo se divida em dois blocos cada vez mais distantes: o bloco dos países ricos, industrializados, de nível de vida elevado, e o bloco dos países subdesenvolvidos, prisioneiro dos círculos viciosos da fome, ignorância e miséria.

As conseqüências da fome são de ordem fisiológica: elevação do índice de mortalidade, diminuição de esperança de vida para os que nascem vivos, altas taxas de morbidade. São também de natureza psíquica, afetando o coração e a alma das crianças, habituando-as à tristeza, indolência, preguiça, indiferença e até mesmo à crueldade.

Tem ainda conseqüências *sociológicas* — perniciosas não somente à criança, mas à sociedade inteira. A fome abre a porta ao vício, à prostituição, ao roubo e ao homicídio. Propicia a venda de crianças em zonas menos favorecidas, incentiva o contróle da natalidade a todo preço, bem como o aborto. Tem, enfim, conseqüências *econômicas*. Até aos 15 anos, a criança custa à sociedade, e nada produz. Ora, na Índia, Brasil e Egito somente metade dos que nascem atingem os 15 anos. É fácil concluir-se daí o peso econômico que a fome constitui para os países subdesenvolvidos. Contudo, a autora situa-se numa posição otimista. Após apontar o problema, aponta soluções. Acredita que a fome pode ser vencida e faz apêlo

à consciência de cada ser humano para que proclame bem alto esta verdade.

Como vencer a fome?

Há duas espécies de remédio: os socorros de urgência, não verdadeiros remédios, mas paliativos, e os remédios propriamente ditos, que atacam a causa da subalimentação e má nutrição. Segundo JOSUÉ DE CASTRO, não há um "remédio específico contra a fome". É preciso, ao mesmo tempo, elevar o nível de vida das populações miseráveis; aumentar a produção local e mundial de alimentação e assegurar uma repartição mais justa das disponibilidades existentes entre os países ricos e pobres; cultivar terras baldias e evitar desperdício sob tôdas as formas (Educação de Base).

Somente a ação coordenada dos governos permitirá matar a fome. Mas os governantes nada farão se não sentirem o impulso e o sustento da opinião pública.

Em seguida, informa-nos das diversas organizações internacionais que se propõem a lutar contra a fome, em especial, a FAO e o BICE (Bureau International Catholique de l'Enfance).

As "Organizações Internacionais Católicas", em assembléia geral em Munique — em 1960 —, proclamavam solidariedade aos povos subnutridos e concordavam em colaborar com toda entidade e instituição especializada, em vista de uma promoção humana autêntica e harmoniosa dos povos subdesenvolvidos.

É preciso combater a fome sob todos os aspectos, com tôdas as armas da técnica e da ciência moderna. Os recursos potenciais da

terra são muitos. Não menos poderosos a inteligência e imaginação humana. A vitória seria assegurada se se utilizasse metade do capital que se utiliza em preparar outra guerra.

Otimismo não é uma loucura, é a mais poderosa alavanca que foi dada à humanidade.

Como dizia LAMARTINE, "as utopias são muitas vezes apenas verdades prematuras". CAMUS dizia o mesmo, em outros termos: "as tarefas sôbre-humanas são aquelas que os homens levam mais tempo a realizar". — S. C.

HUGH SETON-WATSON. *The new imperialism*. The Bodley Head. Londres, 1961.

HUGH SETON-WATSON fez seus estudos em Oxford e é atualmente professor de História Russa na School of Slavonic and East European Studies da Universidade de Londres. Era conhecido dos especialistas através de uma meia dúzia de excelentes obras relacionadas tôdas elas com a história da Rússia e do comunismo.

A obra que hoje apresentamos mostra uma vez mais as qualidades do autor: conhecimento profundo do tema e clareza de exposição. Em sete capítulos bem documentados SETON-WATSON nos dá a conhecer o processo histórico do mais nôvo imperialismo: o da Rússia Soviética. Este espírito imperialista é, por uma parte, inerente ao caráter do povo russo e por outra pertence à natureza do comunismo, doutrina que, na opinião dos seus seguidores, inevitavelmente deverá estender-se a todos os povos.

Depois de definir com precisão o conceito de "imperialismo" no capítulo primeiro, o autor faz no capítulo segundo um resumo do expansionismo russo pré-revolucionário que teria marcado o caráter do povo com uma tendência para continuadas conquistas territoriais. O resto da obra é dedicado à análise do sistema imperialista implantado na União Soviética e na Europa Oriental, bem como dos métodos empregados para trazer os povos da Ásia, África e América Latina ao domínio do "nôvo imperialismo".

Livro desapaixonado, claro e científico, que poderá esclarecer muitas pessoas e tirar muitas dúvidas, daqueles que ainda se alimentam, sôbre a verdadeira finalidade do Comunismo Soviético. — E. Gallejones S. J.

G. M. SYKES. *El crimen y la sociedad*. Biblioteca del Hombre Contemporáneo. Editorial Paidós. Buenos Aires, 1961.

Ao apreciarmos êste ensaio instrutivo e complexo de SYKES, procuraremos seguir, para maior clareza, três linhas: exposição da obra, características gerais de seu pensamento, crítica de alguns aspectos.

#### 1. Temas desenvolvidos:

De início, examina a questão das normas sociais e do direito penal, procurando elucidar seus fundamentos. A seguir, estuda toda a aparelhagem técnica com que o Estado procura defender a sociedade do crime ou do criminoso. No capítulo III, tenta apresentar uma divisão do crime, agrupando-o em diversas espécies. Só então entra

no que, a nosso ver, seria o tema central do livro: a interação entre o criminoso e a sociedade. Desenvolve-a em três capítulos: "A sociedade e os criminosos", tentando um levantamento não das causas — o que julga demasiado difícil — mas das características empíricas da incidência no crime: sexo, idade, posição social, nível econômico. "Crime e castigo social". O castigo — é a pergunta central deste capítulo — consegue reformar o criminoso? "O indivíduo na prisão": as prisões devem ser eliminadas, como reliquias do barbarismo?

2. Linhas que orientam seu pensamento:

A primeira linha é bem definida no último parágrafo de seu prefácio: "en el estudio del crimen, las ciencias sociales pueden, pues, encontrar la manifestación viva y aguda de algunos de sus problemas más difíciles. *En la actualidad tenemos más preguntas que respuestas*". (O grifo é nosso.)

Esta posição, não digo cética, mas profundamente crítica e revisionista, predomina em todo o ensaio, mostrando como muitos dos pontos que a sociedade admite pacificamente, sem a mínima restrição, se baseiam em pressupostos discutidos. Qual o fundamento dos "mores", usos e leis? São relativos ou absolutos? Que é o crime? Dentro de que perspectiva podemos defini-lo? Existe realmente culpa nos crimes, ou são meras conseqüências de forças cegas, que pressionam o criminoso? Quais são as causas da incidência no crime: deficiências psico-somáticas? a raça? o *status* sócio-econômico? Quais são as bases éticas e os re-

sultados psico-sociais do castigo? A reclusão do criminoso é uma reliquia do barbarismo? É possível humanizar as prisões e torná-las eficientes?

A segunda linha de seu pensamento seria a da orientação no sentido de buscar as soluções atuais da ciência social. De fato, as poucas afirmações que esboça Sykes, neste emaranhado problema, se situam numa perspectiva meramente social. "A medida que la criminología se vaya uniendo más firmemente al cuerpo creciente del conocimiento en las ciencias sociales, podemos esperar que los problemas que plantean la prevención y el control del crimen se vayan acercando a su solución. Al mismo tiempo podemos razonablemente anticipar que se aumentará nuestro conocimiento y nuestra comprensión de las relaciones entre los hombres en nuestra sociedad" (pág. 115).

3. Crítica de alguns aspectos:

Creio que o autor consegue em parte o fim colimado: levantar problemas dentro de uma perspectiva revisionista. Neste sentido é um livro construtivo, na medida em que convida à reflexão de posições, que, à primeira vista, pareceriam encontrar-se a salvo de qualquer controvérsia.

A multiplicidade, porém, dos problemas examinados faz com que seu ensaio perca em profundidade. Cada uma das questões exigiria estudo mais profundo e detalhado, antes de se chegar a uma conclusão, ainda que fôsse à da ausência de soluções, no momento atual de pesquisas.

Mas, seu principal defeito, julgamos, situa-se numa tentação

muito comum a ciências afins à Filosofia: a de sair do terreno de mera constatação empírica para uma especulação a respeito das últimas causas. E, uma vez que se situa numa posição cética ou relativista com respeito à filosofia dos atos humanos, do Direito, etc., como poderá encontrar bases sólidas para a solução dos problemas levantados? — *Wilson Santos S. J.*

EDMUNDO FLORES. *Tratado de Economía Agrícola*. Fondo de Cultura Económica. México, 1961.

Quanto é de nosso conhecimento, não existe em língua portuguesa nenhum tratado sistemático de economia agrícola. Assim, o livro que ora analisamos, escrito em espanhol, vem preencher uma lacuna para os leitores brasileiros, geralmente familiarizados com o idioma.

O livro é o resultado de uma longa experiência de ação e de magistério do autor. Mas, infelizmente, não parece ter chegado ao grau de sistematização desejável em um tratado. Esta deficiência é compensada pela riqueza de elementos factuais e de referências concretas ao problema mexicano e latino-americano em geral.

O autor parte da definição do objeto e do âmbito da economia agrícola, o que lhe oferece logo margem para considerações, em dois capítulos sucessivos, sobre um programa de desenvolvimento econômico da América Latina e sobre o sentido do desenvolvimento agrícola no desenvolvimento global de um país. Dedicar a seguir um longo capítulo ao exame do instrumental analítico da economia

agrícola. Grande parte deste material é constituído por instrumentos conceituais, leis e técnicas da economia aplicados aos problemas da produção, consumo, oferta e procura de produtos agrícolas.

A segunda parte do livro é dedicada ao espaço econômico da economia agrícola e à teoria dos recursos; com efeito, é através da economia agrícola que grande parte do problema dos recursos naturais se integra no âmbito da economia geral. Nesta parte, o autor consagra especial atenção ao problema da localização da atividade econômica.

A terceira parte do livro tem por objeto as instituições, ou formas de exploração dos recursos agrícolas: o latifúndio, a *plantation*, as comunidades rurais. Para nós, os capítulos mais interessantes, desta parte, são os que se referem à experiência da reforma agrária mexicana, o sentido que nela tiveram os *ejidos* e a pequena propriedade, e como resolveu o problema da indenização de proprietários nacionais e estrangeiros.

A quarta e última parte do trabalho refere-se especificamente ao México, à dinâmica de seu crescimento e à significação do desenvolvimento agrícola no desenvolvimento geral. Contém, entretanto, reflexões extremamente pertinentes para a atualidade brasileira. — *F. B. A.*

RAPHAEL TARDON. *Noirs et Blancs. Une solution: l'apartheid?* Editions Denoël. Paris, 1961.

É um trabalho jornalístico, depoimentos de um repórter, escritos num estilo violento, e por vê-

zes vulgar (ver a descrição de um boer em campanha eleitoral, págs. 10 e 11).

Dá uma idéia imediata da situação da África do Sul, que, por um paradoxo ou ironia, se chama *União Sul-Africana*.

Nesta "desunião", vivem hoje, em números redondos, uns 14 milhões de habitantes, dos quais 9,5 milhões de negros, 3 milhões de brancos, 1,5 milhões de mestiços, e os restantes constituídos por hindus e malásios. Dos brancos, 1,8 milhões são afrikaaners, descendentes dos primitivos boers (agricultores) holandêses, imigrados em 1652; 1,2 milhões são britânicos. Os ingleses ali chegaram em 1820.

A descoberta de minas de ouro e diamante no Transvaal despertou a cobiça dos brancos, e, em 1902, deflagrou-se a chamada Guerra dos Boers. A Inglaterra, vitoriosa, criou em 1910 a União Sul-Africana. Em 1948, profunda reviravolta na situação interna: o partido nacionalista (!) dos boers domina o poder e inaugura a aplicação mais sistemática e mais rude da política do *apartheid*. Política de segregação absoluta que visa a preservar o desenvolvimento paralelo dos diversos grupos étnicos.

A crer nos dados e fatos relatados pelo autor, não existe no mundo situação mais discriminatória nem mais revoltante do que a das populações não-européias na África do Sul. Muitas vezes se compara o problema racial deste país com o dos Estados Unidos. Os dois problemas não têm termo de comparação, a não ser a pigmentação dos grupos étnicos que se defrontam. Na União Sul-Africana, contrariamente ao que suce-

de nos Estados Unidos, os brancos são minoria, e sua política de segregação é ditada pelo medo de se verem envolvidos pela *black stream*, e serem totalmente liquidados.

Entretanto, a política do *apartheid* encontra cada vez maiores dificuldades em manter a segregação absoluta. O enorme desenvolvimento industrial do país reclama cada vez maior participação da mão-de-obra não-européia. Mantê-la assim mesmo em estado de absoluta segregação exige investimentos de tal vulto que representariam séria redução de ritmo no próprio desenvolvimento do país. As autoridades se encontram assim diante do dilema, que a expansão demográfica torna cada vez mais agudo. Aceitar um recesso econômico, ou mitigar a política de segregação.

O atual governo inclina-se a preferir a primeira hipótese, mas não vê que assim apenas adia por algum tempo uma crise inevitável e que se prenuncia tremenda. Os únicos grupos organizados que ousam protestar contra o *apartheid* são as igrejas cristãs. Oxalá sua voz fosse ouvida em tempo, para eliminar a condição inumana de milhões de criaturas de Deus, e uma verdadeira afronta à civilização do século XX. — F.B.A.

A. LATREILLE, J. R. PALANQUE,  
E. DELARNELLE, R. RÉMOND.  
*Histoire du Catholicisme en France. La période contemporaine.* Edição SPES. Paris, 1962.

É o terceiro e último volume da história do catolicismo na França. Começa com o declínio do antigo

regime e a revolução francesa e chega até nossos dias, cobrindo assim um período histórico de quase dois séculos, período rico em vicissitudes para a Igreja, que nêle, conservando sua identidade essencial, passa por profundas transformações.

É realmente uma obra esplêndida, que interessa não somente a especialistas, mas a todo espírito interessado em problemas históricos e em particular na história da Igreja. Livro admirável, pela habilidade com que os autores sabem destacar os planos da história geral do plano da história do catolicismo em especial, referindo-se à primeira na medida exata em que é necessário para entender-se a segunda. Admirável pela habilidade com que os autores, através do acervo impressionante de fatos, sabem seguir as grandes tendências de fundo e caracterizar com nitidez os grandes momentos históricos. Sob êsses aspectos, o livro constitui um modelo de metodologia de monografias históricas.

A obra notabiliza-se ainda pelo equilíbrio e finura dos juízos formulados sobre pessoas, situações, movimentos, atividades, atitudes. Dêste ponto-de-vista, oferece ao leitor elementos para fecundas reflexões. A Igreja na França começa uma era de irradiante riqueza interior, a partir do momento em que, por diversas circunstâncias históricas, afastou-se da luta pela sua posição institucional e pelo seu prestígio social.

O livro constitui um precioso repertório de dados de sociologia religiosa e de dados relativos ao catolicismo social e à ação social da Igreja. As experiências france-

sas do laicismo, do pluralismo dentro da Igreja, da liberdade de ensino, da ação católica, da liberdade e responsabilidade do laicato no plano temporal são temas sobre os quais a obra projeta uma luz clara, que nos permite, não só conhecê-los em seu contexto global, como também avaliar melhor tôdas as atenções necessárias para utilizá-las noutro contexto.

Estranhamos apenas não ter encontrado na obra uma referência a três movimentos e iniciativas que, do ponto-de-vista do observador estrangeiro, parecem pontos altos do catolicismo francês. Referimo-nos ao movimento teológico que, logo depois da II Guerra Mundial, partiu da França, principalmente através das duas coleções "Théologie" e "Unam Sanctam". Movimento que, de início, assustou a ortodoxia romana, mas que conduziu a um diálogo que constitui certamente um dos maiores enriquecimentos da especulação teológica de nossos dias. Outro movimento silenciado na obra que analisamos é "Economie et Humanisme", iniciado pelo PADRE LERRET O. P., e cuja irradiação fora da França tem trazido preciosa ajuda a países em via de desenvolvimento. Enfim, o silêncio em torno da obra do ABBÉ PIERRE, não só na França, mas na luta mundial contra a fome (ASCOFAM), parece-nos inexplicável.

Tais observações, entretanto, não afetam o valor de um trabalho excelente, que revela não só a riqueza inesgotável do catolicismo francês, mas a perene força de renovação, a eterna juventude da Igreja de Cristo. — F.B.A.

## LIVROS E REVISTAS

D. ARANZADI e C. GINER. *Uma Escola Social*. Manual de Formação para a Juventude. Edição Loyola. São Paulo, 1962.

A grande aceitação obtida pela primeira edição de *Uma Escola Social*, edição esgotada em poucos meses, encorajou os autores a fazerem um segundo lançamento.

A primeira parte da nova edição foi inteiramente atualizada do ponto-de-vista estatístico. Assim, o novo texto não só oferece ao aluno um rico repertório de dados, como também desperta muito maiores estímulos à ação. Porque é este o sentido profundo, e a intenção primeira da obra; não é um trabalho teórico, visando a finalidades decorativas para a inteligência. É um livro orientado para a ação. Ele ensina *a ver* a realidade social, e através desta visão realista infunde a motivação à ação. Quantos jovens de nossos colégios vivem suas pequenas preocupações burguesas, completamente alienados dos sofrimentos, dos problemas, da miséria de seus irmãos, que não tiveram as mesmas possibilidades que eles! Diante da angústia que a visão desperta, o livro ensina *a julgar*, fornecendo ao aluno os critérios inspirados em uma doutrina eterna e sempre renovada, principalmente agora, com os enriquecimentos da Encíclica "Mater et Magistra". O livro ensina enfim *a agir*, ensina a tradu-

zir em atividades concretas o desejo de ação ministrado pela lição da realidade.

Deus sabe quantas obras sociais foram despertadas pela primeira edição de *Uma Escola Social*, obras que funcionam e através das quais nossa juventude estudantil vem podendo iniciar-se no trabalho social e satisfazer sua ânsia de autenticidade e de presença nos grandes problemas sociais contemporâneos.

*Uma Escola Social* é um livro de formação social, para colégios, faculdades, escolas normais, grupos especializados de ação católica, congregações e associações religiosas. O ensino no Brasil dispõe já, com esta obra, de um instrumento de formação que poderá modificar profundamente a mentalidade da juventude em uma geração. Um instrumento para formar uma juventude consciente de que sua condição de estudante não é um privilégio, mas uma responsabilidade, e uma responsabilidade de participação no problema social, de promoção do povo brasileiro e de realização do ideal cristão de justiça social.

Auguramos a esta segunda edição um sucesso ainda maior que o da primeira porque estamos certos de que assistiremos no Brasil a uma grande renovação social, se nossa juventude aprender a lição de *Uma Escola Social*. — F.B.A.

## OUTROS LIVROS RECEBIDOS

*Além dos livros comentados nesta seção, foram também recebidos os que figuram na relação abaixo. Ao assinalá-los à criteriosa atenção dos nossos leitores, apresentamos aos autores e editôres os melhores agradecimentos da redação da revista, pela gentileza da remessa.*

**Assuntos Políticos e Sociais**

- GEORGES HOSTELET. *Le problème politique capital au Congo et en Afrique noire*. Université Libre de Bruxelles. Institut de Sociologie. Bruxelas, 1959. 251 págs.
- LÉON-ÉLI TROCLET. *Problèmes généraux de la sécurité sociale en Belgique*. Université Libre de Bruxelles. Institut de Sociologie. Bruxelas, 1961. 399 págs.
- KARL MANNHEIM. *Sociologia sistematizada*. Livraria Pioneira Editora. São Paulo, 1962. 238 págs.
- ANDRÉ BERGÉ. *A liberdade na educação*. Livraria Agir. Rio de Janeiro, 1962. 171 págs.
- GABRIEL ELORRIAGA. *Renacimiento y democracia*. Coleção "Anelecto". Madrid, 1961. 114 págs.
- PAUL M. A. LINERBARGER. *Guerra psicológica*. Biblioteca do Exército. Editora. Rio de Janeiro, 1962. 541 págs.
- DJACIR MENEZES. *Temas de política e filosofia*. D.A.S.P. Rio de Janeiro, 1962. 197 págs.

**Assuntos Econômicos e Demográficos**

- HENRI SIMONET. *La formation du capital dans les pays sous-développés et l'assistance financière étrangère*. Université Libre de Bruxelles. Institut de So-

ciologie. Bruxelas, 1959. 222 páginas.

- FERNAND PONTANUS. *Etude comparative des recensements de la population active — 1910-1930-1947*. Université Libre de Bruxelles. Institut de Sociologie. Bruxelas, 1959. 69 págs.
- VÁRIOS AUTORES. *Le commerce avec les pays de l'est*. Université Libre de Bruxelles. Institut de Sociologie. Bruxelas, 1959. 495 págs.
- JACK GOODY. *Death, property and the ancestors*. Stanford University Press. California, 1962. 452 páginas.
- ORLANDO VALVERDE. *O noroeste da mata pernambucana (A região de Timbaúba)*. (Separata do *Boletim Carioca de Geografia*, ns. 1 e 2 — Ano XIII — 1960). 68 págs.

**Ciências Auxiliares**

- QUINN MCNEEMAR. *Psychological statistics*. John Wiley and Sons, Inc. Nova York, 1962. 451 págs.
- LUÍZ ARTHAUD BERTHET. *Caderno de análise matemática: 1. Conjunto. Conjuntos lineares. Funções. Convergência. Continuidade. Divergência*. Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1962. 132 págs.